

# A POLÍTICA EXTERNA PERSONALISTA DE ALINHAMENTO AUTOMÁTICO ENTRE DONALD TRUMP E JAIR BOLSONARO

Carlos Augusto Dos Santos Nascimento Martins  
Instituto Superior do Paraná–Isulpar | Universidade Autónoma de Lisboa  
<https://orcid.org/0000-0002-0607-2932>

## INTRODUÇÃO

O processo civilizatório permitiu que as relações entre nações evoluíssem das alianças familiares entre monarquias para relações entre Estados soberanos, muito embora abaixo da linha do equador há uma renitente busca pela manutenção de um modelo que privilegia o personalismo dos governantes em detrimento aos interesses dos Estados. Nesse sentido, na última quadra histórica Brasil e Estados Unidos da América realizaram aproximação que segundo manifestação dos principais atores envolvidos tem como aparente elo de ligação elementos de caráter subjetivo dos respectivos chefes de Estado. Tal condição pode representar uma vantagem competitiva ou um erro estratégico com consequências não mensuráveis no curso prazo. A premissa que se impõe como ponto e realidade objetiva é que os pares não são equivalentes, em melhor redação, há evidente assimétrica em termos econômicos e geopolíticos entre o Brasil com superpotências globais como os Estados Unidos da América.

O princípio nodal da autodeterminação dos povos e da não intervenção, que de modo geral busca proteger a condição de equilíbrio entre Estados por vezes não equivalentes econômica e militarmente, reflete os avanços civilizatórios das relações internacionais aqui compreendida como a soma dos esforços geopolíticos e geoeconômicos das nações cujo estágio de desenvolvimento permite a compreensão da natureza fundamental das ferramentas diplomáticas. Tais valores ou princípios são considerados caros as relações internacionais do século XX de tal modo que foram elevadas ao patamar constitucional em diversos Estados soberanos como Brasil conforme se observa da simples leitura do contido no artigo quarto da Magna carta brasileira, bem como incorporado no ordenamento português que por meio do artigo sétimo da Carta constitucional estabelece o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados como espinha dorsal das suas relações internacionais.

No sistema da comunidade internacional ou sociedade das nações para aqueles que defendem a natureza contratualista e não comunitária das alianças internacionais, é a Organização das Nações Unidas (ONU) instituição responsável pela representação e afirmação dos interesses de todos os Estados membros, tendo como norte o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, e quando tal fim não seja possível a busca da concórdia por meio dos instrumentos jurídicos e militares disponíveis. Todos os movimentos no âmbito das Nações Unidas devem estar baseados no «respeito aos princípios de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos» (Mazzuoli, 2013: 234) bem como nos princípios da não intervenção e solução pacífica dos conflitos conforme positivado pela própria Carta das Nações Unidas.

No universo contemporâneo das relações entre Estados soberanos a partir do século XX, as nações que buscaram reconhecimento como atores relevantes têm como regra a orientação de políticas de Estado e não de governo. *Mutatis mutandis* significa dizer que a mudança episódica de governos em razão da sempre salutar alternância no poder, própria das democracias ocidentais, não deveria representar alteração substancial nos rumos da política internacional do país, notadamente aquelas relacionadas a setores estratégicos para a economia nacional, dado que os interesses maiores da nação são, no mais das vezes, de longo prazo enquanto as dinâmicas de governo são gestadas para curtos períodos.

A partir de uma nova visão estratégica adotada pelo Governo brasileiro eleito em 2018, ocorreu o fenômeno político de alinhamento automático com os interesses dos Estados Unidos. Como decorrência da nova condição política o Brasil adotou em suas relações internacionais posições antes nunca vistas e, como regra, frontais aos interesses maiores do Brasil. Em uma nova linha diplomática houve recrudescimento de relações com a Venezuela, país em sério déficit democrático com o qual o Brasil faz fronteira terrestre e tem balança comercial favorável. O mesmo ocorreu em relação a França e República Islâmica do Irã. Sobre este último país o presente ensaio

tecerá outras e espera-se melhores linhas. Em sentido diametralmente oposto ocorreu aproximação com os governos da Hungria, cuja liderança está sob o mando do primeiro ministro Viktor Mihaly Orban, Polônia e com o Estado de Israel, governado por Benjamin Netanyahu (2009-2021), ambos Governos alinhados como o que o ocidente convencionou chamar de ultradireita.

O ensaio tem o propósito de lançar olhares ao processo de alinhamento automático da política internacional do Brasil em relação aos Estados Unidos da América, questionando tanto quando possível a viabilidade do caminho escolhido em termos de reposicionamento dos interesses geopolíticos e geoeconômicos do Brasil, notadamente em relação aos parceiros comerciais do médio oriente. O estudo será realizado não só junto às ciências sociais, mas para além dela considerando as diversas possibilidades epistemológicas. O ensaio tem sua estrutura básica formada por introdução iniciais, *Bavand* e *Termeh*, olhar desatento de um gigante geográfico e anão diplomático e considerações finais.

### **BAVAND E TERMEH**

Em uma rápida pesquisa junto ao oráculo digital se descobre com facilidade que a palavra *Bavand* diz respeito a uma antiga dinastia que governou o norte da Pérsia entre os anos de 651 até 1349 enquanto *Termeh* significa um tipo de tecido nobre e raro nos dias atuais. A expressão ainda pode significar algo precioso em sua singular definição em *farsi*. Pelos caminhos nem sempre retilíneos das relações entre as nações no século XXI ambas palavras se encontram no Brasil em circunstâncias absolutamente desfavoráveis e controvertidas sob o prisma do interesse geopolítico lusoamericano. Para além do significado histórico, *Bavand* e *Termeh* são nomes dados a duas embarcações dedicadas ao transporte de longo curso e de bandeira iraniana que aportaram portos brasileiros entre os meses de junho e julho de 2019. Os navios realizavam viagem em linha regular com o propósito de transportar o milho brasileiro vendido a República Islâmica do Irã. Seria mais uma viagem para o transporte de produto primário entre parceiros comerciais de longa data. Como se sabe, o Brasil é grande produtor de *commodities* agrícolas e o milho brasileiro tem mercado certo nos países do oriente médio. O Irã desponta como grande parceiro comercial do Brasil em toda a cadeia do agronegócio.

Dados disponibilizados pelo Ministério da Economia do Brasil traduzem a importância desta relação em números. No ano de 2018 o Brasil exportou 6.370.000 milhões de toneladas para o Irã representando US\$ 1.090.000.000 bilhões de dólares. Volume de negócios que representou pouco mais de 27,8% do total de exportado pelo Brasil em 2018. Estudos realizados pela Secretária de Comercio Exterior do Brasil indicam que as exportações de milho para o Irã mantiveram-se em patamares favoráveis ao agronegócio brasileiro (Figura 1).

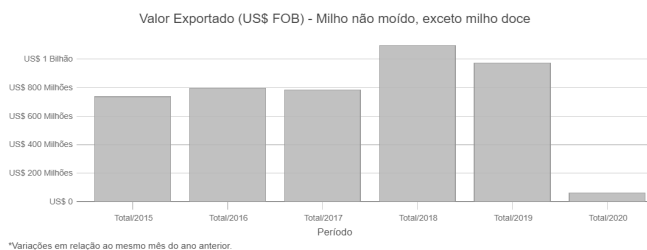


Figura 1. Exportação de milho do Brasil e Irã entre 2015 e 2019. Fonte: Ministério da Fazenda, Brasil (Bueno, 2020).

Quando observada a balança comercial de um modo geral é possível confirmar que os negócios com o Irã são amplamente favoráveis ao Brasil. A série histórica referente aos últimos dez anos (2009-2019) indica que mesmo nos períodos entre crises políticas em ambos parceiros os negócios foram preservados (Figura 2). Os números indicam que para os últimos dez anos o volume de negócios passou de US\$ 1.760.000.000 bilhões para os US\$ 6.370.000.000 bilhões de dólares. Além do milho o Brasil comercializa soja e carne bovina tendo balança comercial amplamente favorável aos interesses do Brasil (MDIC, 2019).

As embarcações foram o pivô de verdadeiro imbróglio internacional envolvendo do Brasil, a República Islâmica do Irã e o governo dos Estados Unidos da América. Isso porque em razão dos embargos econômicos impostos unilateralmente pelo governo do presidente Donald Trump o governo brasileiro não permitiu que a empresa estatal de transporte de petróleo (Petrobras) fornecesse *bunker* necessário ao reabastecimento das embarcações, de sorte que houve a interrupção forçada da viagem no porto de Paranaguá ao sul do Brasil. As embarcações

permaneceram estacionadas no porto brasileiro por cinquenta dias, quando por força de decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro houve o levantamento forçada de ordem permitindo o abastecimento das embarcações e prosseguimento da viagem.

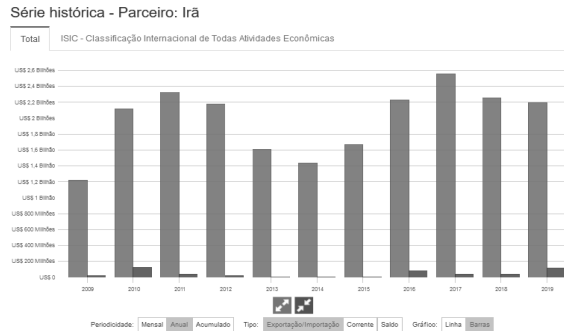


Figura 2. Resultado da balança comercial entre Brasil e Irã para última década. Fonte: Ministério da Fazenda, Brasil (Bueno, 2020).

Questão nodal a ser enfrentada é saber se o Brasil operou com acerto ao acatar verdadeira ordem unilateral dos EE. UU., vedando qualquer tipo de relação comercial com empresas e interesses da República Islâmica do Irã ao redor do mundo sob pena de represálias comerciais do governo americano contra aqueles que não acolhessem seu entendimento sobre o assunto. Tudo isso à revelia das determinações das Nações Unidas que não promoveram atos de constrição como aquele feito pelo governo americano capitaneado pelo presidente Donald Trump.

Na busca da resposta é preciso saber que, enquanto as relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e Irã foram estabelecidas em 1903; a relação dos Estados Unidos com o Irã é bem mais antiga e remonta ao século XIX, países que já foram aliados e parceiros comerciais ou como bem define o professor Ali Ansari «a mutually beneficial trade relationship» (La Magna, 2006). Durante as centúrias de XIX e XX os EE. UU. foi considerado verdadeiro aliado com quem o antigo reino da Pérsia poderia contar contra o Reino colonial britânico e a Rússia imperial que por longo período disputaram influência naquela região. Com a descoberta de Petróleo em 1908 o Irã passou a ser explorado por empresas britânicas que detinham o monopólio da exploração e comercialização do ouro negro.

Foi somente em 1951 que pelas mãos do primeiro ministro Mohammed Mossadegh, «popular and populist», nas palavras do professor de história do oriente médio da University of St. Andrews Siavush Randjbar (Randjbar-Daemi, 2019), o Irã retoma seu patrimônio com a nacionalização da exploração e comercialização do petróleo. Todavia, já em 1953 pelas mãos da Central Intelligence Agency (CIA) dos EE. UU., *pari passu* com agência de inteligência britânica que juntas promoveram a queda de Mossadegh. O inimigo visceral de hoje tornou-se aliado de primeira hora do Irã com ascensão ao poder de Mohammed Reza Pahlavi, xá do Ira entre 1953 até 1979. Durante este período o Ira foi convertido em verdadeira *Republica Coca Cola*, com forte influência da cultura ocidental e das empresas americanas nos negócios do petróleo persa. Por oportunidade e conveniência cabe o registro que Mohammed Reza Pahlavi foi o primeiro líder máximo do Irã a visitar o Brasil no ano de 1965.

A revolução islâmica de 1979 encerra o governo de Mohammed Reza Pahlevi e a relação de amizade entre EUA e Irã. Uma nova fase da relação entre Estados Unidos e Irã se inicia em 04 de novembro de 1979 com a invasão da embaixada americana em Teerã. Deste então a relação bilateral se fragmentou em extremos de ambos os lados, com guerras por procuração com apoio a forças beligerantes aliadas contra interesses opostos como foi a infame guerra Irã-Iraque. Um jogo nas relações internacionais em que até agora ambos foram derrotados. A República dos aiatolás Khomeini e Khamenei nunca se curvou ao ocidente e percorreu o caminho oposto as boas práticas das relações internacionais, atraindo todo ônus decorrente da ausência de diálogo dentre os quais se destaca as sanções impostas pelas Nações Unidas em razão do programa nuclear iraniano. Por ocasião da presidência de Mahmoud Ahmadinejad o Irã negou o Holocausto, fato que assombrou as nações ocidentais, notadamente Estados Unidos e Israel por motivos óbvios. Durante este período uma nova aproximação entre o Brasil e o Irã ocorreu, desta vez os interesses comerciais pareciam dar lugar ao interesse geopolítico do Brasil em assumir posição de destaque no espaço de luta das relações internacionais. Somente em 2013 com conversa telefônica entre

Barak Obama e Hassan Rohani ocorre um diálogo oficial entre os Estados com relações bilaterais estremeçadas. No âmbito das Nações Unidas foi em 2015 que ocorreu a esperada convergência ao centro permitindo o fim do longo processo de asfixia proporcionado pelas sanções impostas em razão do programa nuclear persa.

Com ascensão ao poder de Donald Trump em 2016 os EE. UU. de forma unilateral impuseram sanções econômicas contra o Irã, retomando antiga animosidade e retórica beligerante. A história das relações bilaterais entre Estados Unidos e Irã muito embora relevantes ao conhecimento não são de todo objeto principal das inquietações daqueles que buscam analisar a geopolítica sob o prisma neutral. Isso porque é possível encontrar razões de ambos os lados a sustentar a manutenção do elevado tom retórico. O risco de eventual êxito do programa nuclear iraniano e seu uso para fins militares levaria a uma catastrófica escalada militar no oriente médio, com ameaças já declaradas ao Estado de Israel e Arábia Saudita enquanto aliados históricos do ocidente. Questão relevante é saber qual o papel do Brasil nesse conflito considerando os interesses econômicos e políticos envolvidos em todo debate.

Velho e antigo são conceitos diferentes e até certo ponto antagônicos. O velho nos dicionários da língua portuguesa pode ser algo de avançada idade, obsoleto, antiquado. Já a melhor definição de antigo é aquela que afirma ser algo que existe e se conserva há muito tempo, a partir de tal premissa é possível acreditar que as relações entre os Estados Unidos e a República Islâmica do Irã padecem de inexorável esgarçamento provocado pelo envelhecimento. Em outro vértice, as relações do Brasil com o povo persa com pouco mais de um século podem ser consideradas antigas, mas que se conserva viva em razão dos esforços daqueles que antecederam ao atual governo brasileiro, resta saber se eventual reposicionamento do Brasil no espaço de luta das relações internacionais permitirá a manutenção da privilegiada em termos comerciais ocupada pelo país na atualidade.

### **OLHAR DESATENTO DE UM GIGANTE GEOGRÁFICO E ANÃO DIPLOMÁTICO**

No sistema de solução de controvérsias do Direito Internacional é possível adoção de uma série de medidas previstas no artigo 41 da Carta das Nações Unidas, que permitem a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, podendo ainda avançar para imposição de força militar em casos extremos. As regras para solução de controvérsias que envolvem o embargo econômico são de observância obrigatória para todos os membros do sistema das Nações Unidas, o mesmo não se pode afirmar quanto a adoção de medidas constritivas unilaterais como ocorre na atual quadra entre Estados Unidos e a República Islâmica do Irã.

Ao aderir as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos em desfavor do Irã, o Brasil que não a muito tempo foi chamado de «anão diplomático» pelo governo de Israel (Lima, 2015) se apequena perante a sociedade internacional, notadamente sob o olhar crítico dos seus parceiros comerciais nos países componentes da Liga Árabe e povos persas. Tal adesão se fez de forma voluntária pelo presidente Jair Bolsonaro cuja plataforma de governo incluir o já citado alinhamento automático com os Estados Unidos, decisão sísmica (Lochery, 2014) somente antes vista quando do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas contra o eixo. Ao travar uma guerra imaginária contra as forças do que chama de globalismo, o governo de ultradireita do Brasil provoca efeitos reais em termos de imagem e ativos geopolíticos, expondo de forma negativa e desnecessária o setor produtivo agroindustrial nacional, bem como reposiciona o país que até pouco tempo figurava entre o respeitável grupo dos BRICS, países emergentes acessíveis ao investimento externo e ao multilateralismo. Contudo, governos como o brasileiro estabelecido em 2018 representam «o fruto amargo da crise econômica global de 2008» que segundo entendimento de diversos analistas como Eatwell, Goodwin, Bolle e Zettermeyer contribuiu para o «surgimento de uma forma de nacionalismo populista avessa ao multilateralismo» (Bolle e Zetteimeyer, 2019).

Quando da tomada de decisão cujo fundamento histórico remonta a conflituosa relação bilateral conforme visto linhas acima, o governo americano calcula os riscos de uma economia pujante em que os índices de desenvolvimento social e crescimento econômicos estão a em patamares elevados. Os Estados Unidos podem se permitir ao confronto sem temer pela sua economia, «continuam a ser a única superpotência com primazia em praticamente todos os domínios de *hard power* e de *soft power* e é muito provável que se mantenham isolados no topo da hierarquia das potências nos próximos anos» (Tome, 2019). O mesmo não se pode pensar sobre o Brasil em que a economia está centrada a comercialização de *commodities* como o milho retido no porto de Paranaguá por ordem do governo brasileiro e sob influência da política internacional unilateral dos Estados Unidos da América. Nos jogos de poder (Tome, 2019) das relações internacionais no contexto do século XXI o Brasil figura como mero peão, razão pela qual

a postura pragmática em relação a política internacional, sobretudo quando o tema envolve setores sensíveis a economia nacional como o agronegócio, tal posição deveria ser a regra na condução dos assuntos de relevância geopolítica.

O alinhamento automático do governo brasileiro aos ditames e interesses dos Estados Unidos deixou de considerar interesses maiores do Brasil no complexo espaço de luta que é a geopolítica internacional. Antes um ator que buscava se fazer respeitável com a participação em foros internacionais inclusive com incremento da atuação em missões de humanitárias e de manutenção da paz e ordem sob a insígnia da ONU (De Oliveira Andrade, 2019), hoje um país em que o governo de forma solidária se submete a interesses em política externa absolutamente contrários aos interesses maiores de política interna relacionados ao complexo agroindustrial.

Os movimentos dos Estados devem acompanhar sua real condição de enfrentamento no espaço de luta das relações internacionais, considerando os reflexos econômicos com o propósito de evitar prejuízos e desgastes desnecessários a imagem do país enquanto *player* global qual almeja espaço e reconhecimento geopolítico equivalente ao tamanho da sua economia. Talvez o governo brasileiro tenha os olhos voltados ao futuro, percebendo o que ninguém mais consegue perceber e aceitando como certa e mutuamente vantajosa a relação com Estados Unidos da América a exclusão de todos os Estados não alinhados com a política internacional imposta por Washington na gestão do governo Donald Trump. Nesse caso a ordem para não abastecimento dos navios iranianos torna-se plenamente plausível, mesmo que tal ação tenha ocorrido ao arpejo dos interesses comerciais do Brasil e em descompasso com as relações internacionais de outros *players* de relevância sobre o mesmo tema. Trata-se de uma nova *zeitgeist* surgida em razão do contexto de oportunidade para poderes disruptivos marcadamente nacionalistas, populistas e tendentes ao extremismo (Tomé, 2017), tendente ao rompimento com a sociedade das nações e integração regional defendida durante significativa parte das centúrias de XX.

Todavia, tal hipótese de rompimento com o espírito do tempo voltado ao reconhecimento de uma sociedade internacional pautada pela integração regional não conseguem fazer frente a premissa da realidade, isso porque a Lusoamerica tem em sua história e no seu destino a vocação para o livre comércio, a não intervenção dos assuntos internos de outros Estados e a busca incansável pela solução pacífica e negociada das contendas internacionais, razão pela qual uma política internacional balizada por qualquer tipo de diplomacia que não seja pragmática no sentido de comportar os interesses nacionais, notadamente aqueles relacionados a pauta das exportações de *commodities*, áreas sensíveis em que Brasil e EUA são concorrentes, será uma política internacional contrária aos interesses e avanços do Brasil no contexto geopolítico internacional.

Dados gerais sobre a produção de milho entre os anos 2018/2019 da empresa alemã Statista, organizados a partir de pesquisas de mercado e estatísticas oficiais permitem conhecer que os Estados Unidos ocupam 32,61% do mercado de milho global (Figura 3).

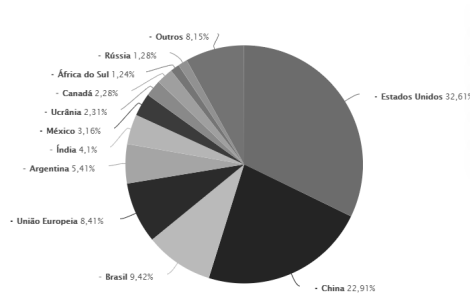


Figura 3. Mercado global de milho e a participação dos Estados Unidos. Fonte: Statista (2021).

É atribuída ao 33º presidente americano Harry S. Truman o pensamento segundo o qual se você quer um amigo em Washington, compre um cachorro. Nos importa menos a fonte e mais a mensagem absolutamente verdadeira. Não há qualquer censura sobre a política internacional dos Estados Unidos, verdadeiro gigante geopolítico que já nas centúrias de XIX investia nas Américas e no Pacífico quer por meio de uma política de influência, quer por meios econômicos foi ainda por meios bélicos. O que mais importa no episódio nos navios retidos indevidamente no Brasil por força do embargo unilateral dos EE. UU. contra a República Islâmica do Irã é a posição adotada pelo Brasil, notadamente do novo governo que demonstrou absoluta inabilidade no trato de questões geopolíticas, não que houvesse qualquer expectativa quanto a desenvoltura dos

governantes identificados com o mundo distópico dos nacionalistas exacerbados, populistas de ultradireita e avessos ao multilateralismo. Contudo, o que se esperava era que os atores estatais não podendo contribuir para o desenvolvimento econômico e o sucesso do agronegócio brasileiro não empregasse esforços para prejudicar a imagem do Brasil perante parceiros comerciais de longa data.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hegel, citado por Karl Marx na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte* assinala que «todos os fatos e personagens de grande importância na história ocorrem, por assim dizer, duas vezes». Marx com lucidez complementa afirmando que a primeira vez o acontecimento histórico ou seu personagem ocorrem como *tragédia* como foi a própria tomada de poder por Napoleão Bonaparte em novembro de 1799, sendo a segunda vez como *farsa* tal como ocorreu entre 1949 e 1951 com o Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, que a sombra das glórias do passado e pelos caminhos da força tornou-se Napoleão III da França. Nos parece que tais reflexões ainda são plenamente válidas como premissas para a compreensão do mundo contemporâneo.

Na aurora do século XXI os Estados Unidos, capitaneado por Donald Trump tem como lema «Make America Great Again», evidenciando uma clara tentativa de recuperar ativos do passado industrial. Como já registrado em linhas anteriores os Estados Unidos possui a maior economia do mundo, bem como forças militares e penetração em diversos estados em todos os continentes em razão da propagação da cultura ao estilo ocidental («American way of live»). O Brasil, uma das maiores economias do mundo pertencente ao grupo de países emergentes denominado BRICS não é um país menor em termos geopolíticos. Contudo, sua política externa faz com que a alcunha ofensiva de anão diplomático sirva hermeticamente ao atual cenário de 2019/2020. A escolha estratégica feita pelo Brasil em política externa reflete o quadro de política interna do governo de ultradireita que ocupa a chefia do Estado brasileiro. Com inspiração no período em que o país esteve imerso em uma ditadura militar, verdadeira tragédia e mácula irreparável na história nacional, o atual governo busca repetir o passado e assim fazendo incorre em uma verdadeira farsa, que caso não freada imporá ao Brasil a incontornável condição de pária internacional.

É preciso um olhar atendo as coisas do mundo, do hoje com vistas ao amanhã tendo o pragmatismo como bússola, caso contrário a Lusoamérica tem um encontro marcado com seu passado, uma repetição farsesca da tragédia histórica do atraso pós-colonial. Bem disse Eduardo Galeano na obra *As veias abertas da América Latina*, «Nossas elites são dominantes para dentro e dominadas para fora».

## REFERÊNCIAS

- BOLLE, M.; ZETTEMEYER, J.: *Measuring the Rise of Economic Nationalism*. Peterson Institute for International Economics, 2019.
- BUENO, S.: «Irã: Veja as exportações e Importações da relação comercial Brasil e Irã». *FazComex Blog*, 2020. [https://www.fazcomex.com.br/blog/ira-exportacoes-e-importacoes-do-brasil/]
- DE OLIVEIRA ANDRADE, I.: *Desafios contemporâneos para o exército brasileiro*. Brasília: IPEA, 2019.
- HAVERLUK, T.: «The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics», *Geopolitics* 19 (1), 2014. [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2013.803192?journalCode=fgeo20]
- LA MAGNA, M.; ANSARI, A.: «Confronting Iran: The Failure of American Foreign Policy and the Next Great Conflict in the Middle East», *Library Journal* 131 (91), 2006.
- LIMA, S. C.: «A experiência Brasileira», *World Tensions / Tensões Mundiais* 11, 2015, pp. 123-140.
- LOCHERY, N.: *A segunda guerra mundial e a construção do Brasil moderno*. Lisboa: Editora Presença, 2014.
- MAZZUOLI, V. de O.: *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- MDIC.GOV.BR, n.d. *Comex Stat-Exportação e Importação Geral*. 2020. [http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral]
- MICKLETHWAIT, J., WOOLDRIGE, A.: *A quarta revolução: a corrida global para reinventar o Estado*. São Paulo: Penquim, 2015.
- MRE. «República Islâmica do Irã», 2020. [http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5248-republica-islamica-do-ira]
- RAMIREZ, J.L.C. «O que é globalização?: Falácias do globalismo, respostas à globalização», 2001. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0187-73722001000100008]
- RANDJBAR-DAEMI, S. «Death to the Shah», *History Today* 69, 2019, pp. 28-45.
- STATISTA. «Corn production share worldwide by country, 2019/20». 2021. [https://www.statista.com/statistics/254294/distribution-of-global-corn-production-by-country-2012/]
- TOME, L. «Geopolítica. Doutorado 2019/2023». 2019.
- TOMÉ, L. «Poder Mundial e Segurança Internacional ao Olhar o Mundo Futuro». *World Power and International Security Looking at the Future World*, 2017, pp. 175-182.